



# ECONOMIA EM DIA



INFORMATIVO DE MACROECONOMIA E FINANÇAS PESSOAIS DA FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

## INDICADORES

### Poupança

(Rentabilidade de 7,53%)



### Bolsa de Valores

(Rentabilidade de -8,89%)



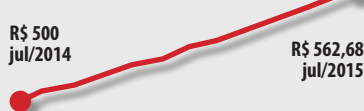
### Fundos de Investimento

Multimercado (Rentabilidade de 16,15%)



### Renda Fixa

(Rentabilidade de 12,54%)



### Variação IGP-DI

(Acumulado em 12 meses = 7,43%)



Índice Geral de Preços medido pela FGV

### Variação IPCA

(Acumulado em 12 meses = 9,56%)



Índice de Preços ao Consumidor Amplo medido pelo IBGE



## PARA ONDE VAI A INFLAÇÃO?

Você recentemente foi surpreendido ao comprar um produto e constatar que o seu preço estava muito maior que o valor pago no mês anterior? Certamente, isso já aconteceu com muitos brasileiros. A inflação medida pelo IPCA já acumula alta de 6,83% neste ano, até julho. Os principais responsáveis pela alta tão acentuada foram as despesas com habitação (alta de 14,17%), educação (7,51%) e alimentos e bebidas (7,30%). No grupo habitação, os principais impactos foram as altas dos preços administrados, como energia elétrica residencial (47,95%) e taxas de água e esgoto (11,37%), que tiveram seus reajustes concentrados neste ano e não deverão impactar de forma tão expressiva a inflação do próximo ano. A alta das despesas com educação refletiu, dentre outros fatores, a elevação dos preços da educação infantil, do ensino fundamental e médio, que tiveram reajustes superiores a 10%. Já os gastos com alimentos e bebidas subiram, sobretudo, por conta das fortes altas dos preços de alguns produtos que dependem de fatores climáticos, como cebola (155,19%), tomate (41,24%) e feijão mulatinho (35,57%).

Atento à alta da inflação corrente e ao risco de contaminação da inflação futura, através do canal da inércia<sup>1</sup>, o Banco Central elevou a taxa Selic<sup>1</sup>. O objetivo do COPOM<sup>1</sup>, conforme destacado nos documentos oficiais, é trazer a inflação para o centro da meta (4,5%) em 2016. A expectativa dos economistas do mercado financeiro é de recuo da inflação em 2016, em função do fim dos reajustes dos preços administrados<sup>1</sup>, da elevação da taxa Selic e da atividade econômica mais fraca. A média das estimativas do mercado para a inflação medida pelo IPCA para este ano é de 9,32% (patamar que não era observado desde 2003) e para o final de 2016 é de 5,47%.

Ainda que pareça um contrassenso, há boas razões que justificam a expectativa de recuo da inflação. No entanto, enquanto isso não acontece, o consumidor deve se proteger, substituindo produtos que subiram muito de preço por outros mais baratos e até mesmo esperando um melhor momento para comprar itens não essenciais que tenham sofrido altas expressivas.

### FIQUE DE OLHO



Ainda que pareça um contrassenso, há boas razões que justificam a expectativa de recuo da inflação. No entanto, enquanto isso não acontece, o consumidor deve se proteger, substituindo produtos que subiram muito de preço por outros mais baratos e até mesmo esperando um melhor momento para comprar itens não essenciais que tenham sofrido altas expressivas.

1) Consultar a Coluna Decifrando o Economês, na próxima página.

# DECIFRANDO O ECONOMÊS



**IPCA:** Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Mede a inflação ao consumidor nas principais cidades brasileiras.

**TAXA SELIC:** é a taxa básica de juros que o Banco Central do Brasil utiliza como ferramenta de política monetária.

**COPOM:** Comitê de Política Monetária do Banco Central.

**Inércia Inflacionária:** fenômeno em que a variação de preços em determinado período é influenciada pela inflação passada.

**PREÇOS ADMINISTRADOS:** são preços estabelecidos por um órgão público, ou seja, são regulados através de contratos, tais como energia elétrica, gasolina, planos de saúde, gás de cozinha, taxas de água e esgoto, tarifas de transportes públicos e serviços telefônicos.



## Investir em Títulos Públicos tem custo?

O investimento em títulos públicos federais pode ser realizado através do Tesouro Direto por intermédio de um agente de custódia (banco ou corretora). Os custos são: impostos sobre os rendimentos e taxas referentes ao serviço de custódia.

Os impostos cobrados são: o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) para resgates em menos de 30 dias e o Imposto de Renda (IR). O IR tem alíquota regressiva, sendo 22,5% para aplicações com prazo até 180 dias, 20% para prazos entre 181 e 360 dias, 17,5% para prazos entre 360 e 720 dias e 15% para prazos acima de 720 dias.

Há também duas taxas referentes aos serviços prestados, sendo uma cobrada pelo agente de custódia (de livre pactuação) e outra de 0,30% a.a. incidente sobre o valor dos títulos, devida à BM&FBOVESPA, e que é cobrada proporcionalmente ao período de aplicação.

## SEU DINHEIRO

### Como Proteger seu Patrimônio da Inflação

Nos momentos em que a inflação anualizada encontra-se em patamar próximo a dois dígitos e há várias incertezas no cenário econômico, proteger aquele dinheirinho que você tem guardado da inflação e ainda obter algum ganho é um grande desafio. A caderneta de poupança é uma aplicação muito segura, além de isentar os seus aplicadores da tributação do imposto de renda e de outras taxas, diferentemente de outras modalidades de investimentos. No entanto, a sua remuneração atual de 6% a.a. + TR é insuficiente para proteger o seu patrimônio de uma inflação que atualmente gira em torno de 9,5% a.a.

As aplicações em fundos de investimentos, de um modo geral, rendem mais do que a inflação para os aplicadores que investem grandes quantias, mas são tributadas e possuem taxa de administração. Para os pequenos aplicadores, a rentabilidade dos fundos de investimentos costuma ser mais baixa e com uma inflação tão alta não há garantias de que o patrimônio será preservado.

Por sua vez, a bolsa de valores, que por possuir maior risco tende a apresentar maior rentabilidade no longo prazo, em um cenário econômico mais adverso como o atual pode temporariamente ficar



aquém da inflação, e até gerar perdas significativas para os investidores com um horizonte mais curto de aplicação. Já os títulos indexados a índices de preços, como os títulos públicos federais, que são acessíveis às pessoas físicas e aos pequenos investidores, podem proporcionar mais proteção ao patrimônio dos investidores em momentos de inflação alta. A remuneração

desses títulos compreende além da variação da inflação por um determinado índice de preços (IPCA, por exemplo) uma taxa de juros que confere aos investidores um ganho real. Há diversos prazos de investimento para esses títulos. Em geral, os prazos mais longos possuem taxas de juros mais altas, porém, os títulos mais curtos podem se enquadrar melhor ao perfil do investidor que precisa de mais liquidez. Esses títulos podem ser negociados no mercado antes do seu vencimento, mas neste caso o aplicador fica sujeito ao risco de receber remuneração inferior à contratada (variação do índice de inflação + Juros).

De um modo geral, para quem busca proteger seu patrimônio contra a inflação e está disposto a deixar o dinheiro aplicado por um tempo, esses títulos podem ser uma boa alternativa.